



INDÍGENAS

Na **FORMAÇÃO** e **TRANSFORMAÇÃO**
Do **ESPAÇO** Brasileiro

Geografia - UFPR 2023

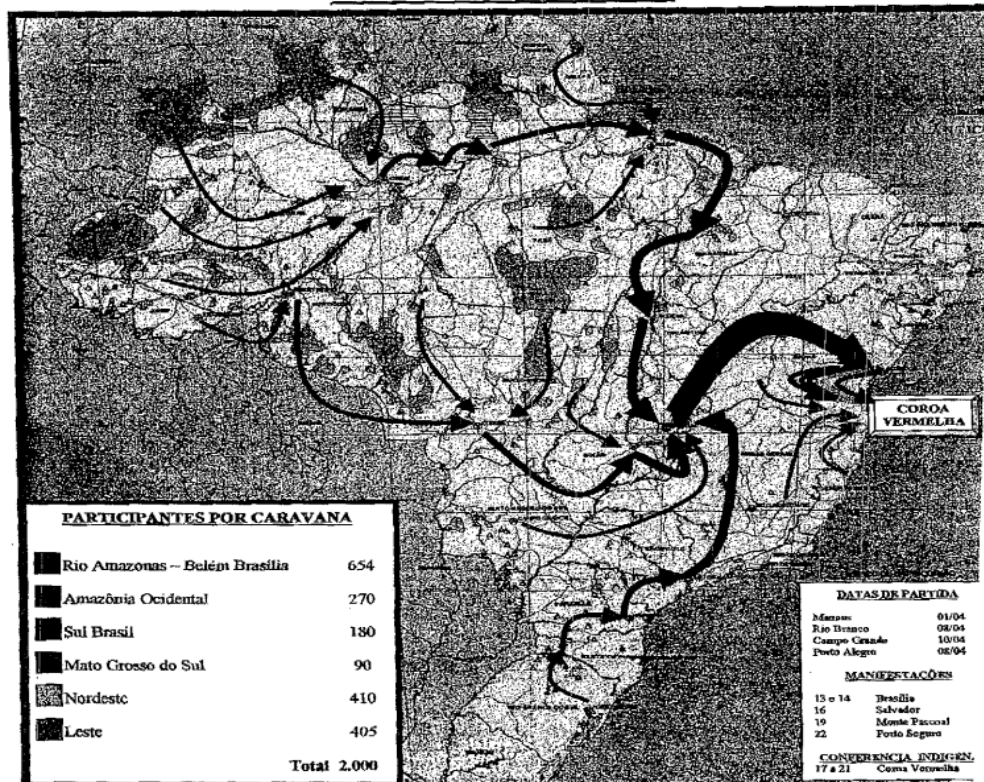


MOVIMENTO INDÍGENA NO ‘BRASIL OUTROS 500’

Barbara Marek Cordeiro
Gabriel Luis Criveletto
Valentine Pereira

No ano 2000, na cidade de Porto Seguro, ocorreu a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, que reuniu mais de três mil indígenas. A conferência foi o evento final da marcha denominada *Brasil: 500 anos de resistência Indígena, Negra e Popular – Brasil outros 500*, que percorreu todo o Brasil, fazendo o caminho contrário da colonização europeia, iniciando na Amazônia e rumando até o sul da Bahia, em Porto Seguro. A mobilização tinha como objetivo ressignificar a identidade indígena no dia da comemoração de 500 anos do “descobrimento” do Brasil e mostrar a voz e a indignação dos povos indígenas, com o processo de dilapidação dos seus territórios, que ocorreu durante toda a história nacional.

MARCHA INDÍGENA ANO 2000 Construindo outros 500



Percurso da marcha indígena. Fonte: Marcha Indígena 2000 para o litoral da Bahia: Porto Seguro, Coroa Vermelha, Monte Pascoal, Cabralia.

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/marcha-indigena-2000-para-o-litoral-da-bahia-porto-seguro-coroa-vermelha-monte> (27/06/2023)



Foto sem informação de data e autoria. Protesto marca 500 anos do descobrimento. Memorial da Democracia (27/06/2023)

A marcha está inserida em um longo percurso de mobilização das populações indígenas no país. O movimento dos povos nativos começou a ganhar forma no início da década de 1970, com a criação das Assembleias Indígenas, primeiramente estimuladas e organizadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), uma entidade que reunia membros da Igreja Católica, mas também intelectuais e pessoas engajadas na defesa das comunidades originárias. As demandas dos indígenas até então não tinham muitos canais de expressão e sobre a questão não havia uma reflexão em âmbito nacional. As assembleias possibilitaram a luta por direitos coletivos e uma ressignificação positiva para o termo “índio” que, de termo usado para desqualificar as comunidades indígenas desde a invasão portuguesa, passou a adotado como um elemento de identidade coletiva e interétnica, para contemplar as demandas comuns dos vários grupos. O movimento nesse período passou a buscar também uma participativa mais efetiva junto a outros movimentos sociais da época.

Depois de o movimento indígena tomar forma durante a década de 1970, os líderes das comunidades originárias passaram a adquirir maior autonomia no movimento. Nesse contexto, em junho de 1980 foi criada a União das Nações Indígenas (UNI), na cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. No início, as primeiras ações realizadas pelas lideranças visavam estabelecer uma relação com o poder público local, para tornar visível a sua presença e para possibilitar uma interlocução constante. Após o crescimento e a visibilidade das assembleias indígenas, durante a década de 1980, o movimento passou a enfatizar também a luta para definir direitos, atuando de forma relevante no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.



Vigília de indígenas durante a negociação do capítulo Dos Índios na Constituição de 1988. Fotografia sem informação de data e de autoria.

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/fotos/politica-indigena/indios-na-constituente/vigilia-durante-negociacao-capitulo-dos-0> (27/06/2023)

Em abril de 1987, aconteceu a II Assembleia dos Povos Indígenas do Alto do Rio Negro, a qual representou um grande marco para a luta dos povos originários no Brasil, pois teve grande relevância para a publicação da Carta Magna brasileira de 1988, que, em razão da grande luta travada pelas populações originárias, reconheceu os indígenas como sujeitos de direitos. O texto da Constituição expressou em relação a esses direitos:

CAPÍTULO VIII

Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A década de 1990 foi marcada por um novo comportamento vindo dos povos indígenas, cujo protagonismo entrou em maior ascensão. Nesse período, muitos jovens passaram a buscar formação acadêmica, para adquirir conhecimentos que pudessem viabilizar a luta social e melhorar suas comunidades. Cresceu também a disposição para lutar pelos territórios, aspecto que se tornou central entre as demandas dessa década.

Atualmente, o Movimento Indígena enfrenta muitos desafios, sendo um dos principais a confrontação da disposição jurídica conhecida como marco temporal, que estabelece que os povos originários só possuem direitos a territórios que eram ocupados por eles em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Carta Magna.



Manifestação indígena contra o marco temporal, em Brasília, no dia 23 de junho, 2022.

Fotografia sem informação de data e de autoria. Fonte: Contra o marco temporal: povos indígenas desembarcaram na capital federal para reivindicar seus direitos. -

<https://cimi.org.br/2022/08/contra-o-marco-temporal-povos-indigenas-desembarcaram-na-capital-federal-para-reivindicar-seus-direitos/> (27/06/2023)

Se aprovado o marco temporal, podem ser inviabilizadas ou mesmo revertidas demarcações de terras indígenas, o que ensejará confrontos, até mesmo em áreas já pacificadas.

Para saber mais sobre esse assunto, você pode consultar os materiais que utilizamos para fazer esse texto:

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo indígena no Brasil : movimento, cidadania e direitos (1970-2009). 2010. **Repositório Institucional da UnB**, [s. l.], 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6959>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MUNDURUKU, Daniel. "PO caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

SILVA, Felipe Henrique Porfirio. “Por dentro e por fora do Estado”: estratégias e desafios no processo político de constituição do Movimento Indígena no Brasil contemporâneo. 2017. **Repositório Institucional da UnB**, [s. l.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24298>. Acesso em: 23 jun. 2023.